



Lembranças incômodas: uma análise da autocrítica dos jornais O Globo e Folha de São Paulo sobre seu apoio à ditadura militar¹

Ana Regina Teixeira da SILVA²
Faculdade Maurício de Nassau, João Pessoa, PB

RESUMO

Neste artigo, analisamos os editoriais por meio dos quais os jornais O Globo e Folha de São Paulo reveem seu apoio ao golpe militar de 1964. As iniciativas de autocrítica usam o discurso histórico ora para reconhecer e tentar justificar o referido erro, ora para tentar minimizá-lo, em uma tentativa de distanciamento do passado cujo objetivo maior é o resgate de sua credibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: jornal impresso; editorial; ditadura militar; credibilidade; discurso.

1. Introdução

Recentemente, duas referências do jornalismo impresso brasileiro – os jornais O Globo e Folha de São Paulo – admitiram ter sido um erro o seu apoio à ditadura militar, iniciada no Brasil em 1964. Ambos o fizeram por meio da publicação de editoriais. Classificado como texto do gênero opinativo do Jornalismo, o editorial, “expressa a opinião da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MELO, 1985, p.79). Neste sentido, é salutar analisar o momento em que se dá o reconhecimento do referido erro em cada um dos periódicos e que significados estas retratações produzem.

O jornal O Globo apresentou seu texto de retratação em 31 agosto de 2013, quando o país vivia o rescaldo das chamadas *Jornadas de Junho*. Durante as manifestações, problemas diversos como corrupção, violência, gastos com a Copa do Mundo, falta de investimentos em saúde e na educação dominaram a pauta nas ruas e nas redes sociais. Mas outros temas como a democratização da comunicação também ganharam destaque em atos de hostilização que atingiram a imprensa tradicional. Temendo conflitos, repórteres da Rede Globo chegaram a trabalhar sem usar identificação, mas os mais famosos não escaparam como foi o caso do jornalista Cabo

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

² Mestra em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), email: aninharts@gmail.com



Barcelos. Sob gritos de *O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo*, uma multidão chegou a expulsá-lo de uma manifestação, realizada em 17 de junho de 2013, na cidade de São Paulo. Na descrição do vídeo disponibilizado no Youtube, o canal Lutapopular São Paulo chega a reconhecer a atuação do jornalista como repórter investigativo, mas trata de esclarecer que o alvo direto da ação era a emissora, símbolo maior do poder da mídia no Brasil:

Apesar de seu histórico, o jornalista Caco Barcelos foi expulso pelos manifestantes nessa segunda-feira (17). Barcelos é autor de *Rota 66*, um livro que denuncia crimes da PM paulista e dirigir (*sic*) uma equipe de jornalistas iniciantes: "Profissão Repórter".

Pelo visto, os xingamentos sofridos por ele, é o que anda ocorrendo em todo o país, contra os profissionais da emissora Globo, por ser uma emissora parcial e bajuladora dos poderosos além de distorcer os fatos. O Caco Barcelos expulso do ato, com certeza foi por sua representação, no ato ele estava a serviço dessa emissora, por tanto expressava a sua vontade, por isso foi expulso. (YOUTUBE, 2013)

Em outro episódio, ocorrido no dia 30 de agosto de 2013, os manifestantes fizeram pichações e jogaram esterco nas portas da emissora de TV, em São Paulo, enquanto entoavam o bordão *a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura*. No dia seguinte, o jornal publicou o editorial que é objeto de análise deste artigo.

Iniciativa semelhante foi adotada pela Folha de São Paulo às vésperas da passagem dos 50 anos do Golpe Militar, quando em vários sites e blogs o nome do jornal figurava entre os veículos de comunicação que foram a favor da ditadura.

2. Credibilidade, história e discurso

Elemento fundamental para a sobrevivência dos veículos de comunicação, o discurso da credibilidade parece não ter mais o poder que exercia antes sobre o público. “Estaria perdendo força e credibilidade o papel do jornalismo como impulsionador do espaço público normativo e como impulsionador da vitalidade da vida democrática?”, questiona Karam (2009, p.18). Pesquisas recentes respondem afirmativamente a este questionamento.

A queda na credibilidade dos meios de comunicação foi verificada pelo Índice de Confiança Social (ICS), medido pelo IBOPE Inteligência, em 2013. De acordo com o indicador, em 2013, 56% da população confiava nos meios de comunicação contra 71% registrados em 2009.



Outra pesquisa realizada pela Secretária de Comunicação Social da Presidência da República, em março de 2014, mostrou que 53% da população afirma confiar *sempre* ou *muitas vezes* nos jornais impressos, mas estes contam com a leitura diária de apenas 6% dos pesquisados. Os jornais O Globo e Folha de São Paulo são lembrados, respectivamente, por 3,8% e 2,1% dos participantes do estudo.

Tais informações lançam luz sobre as razões que levam estes grandes jornais a assumir publicamente seus erros históricos que, há muito, são objeto de crítica por parte da sociedade e de pesquisas acadêmicas.

O golpe militar de 1964, por exemplo, foi apoiado pela maior parte dos grandes jornais do país. Embora os veículos ainda insistam em justificar tal apoio com o argumento da defesa democrática, pode-se afirmar que outros interesses menos públicos estavam em jogo.

Hoje, sabe-se que o posicionamento favorável ao regime militar trouxe vantagens econômicas para as empresas jornalísticas. O autor Nelson Werneck Sodré (1999) afirma que enquanto os veículos que integravam a resistência à ditadura foram fechados e censurados, os que foram aliados teriam sido beneficiados pelo capital estrangeiro.

O caso das ligações de O Globo com o consórcio americano Time-Life (...) vinha coroar situação que se iniciara, entretanto, muito antes, nos fins de 1965, quando começaram a transpirar as compras de jornais, emissoras de rádio, oficinas de impressão, estações de televisão, por grupos estrangeiros. Em S. Paulo, antigo criador de aves e ovos, Otávio Frias de Oliveira, tornava-se por singular passe de mágica, proprietário da empresa jornalística Folha de S. Paulo, que mantinha três diários dos mais importantes da capital paulista. As operações em torno das emissoras de televisão e de rádio – redes inteiras, passando da noite para o dia, às mãos de testas de ferro de grupos econômicos estrangeiros já não eram mantidas em segredo. (SODRÉ, 1999, p. 440)

O sociólogo Carlos Eduardo Martins (2014) mostra que a Rede Globo de Televisão prosperou com a situação de privilégio proporcionada pelo regime diante de sua ligação ilegal com o grupo Time-Life, entre os anos de 1962 e 1971. Embora a legislação proibisse associação financeira com grupos internacionais desde 1967, o governo militar considerou que a interdição não se aplicava ao contrato da Globo com os americanos por este ser anterior à lei. Martins defende que o resultado dos laços dos



grupos de comunicação com a ditadura é “uma concentração privada do espaço midiático nacional muito superior à concentração fundiária” (2014, online).

Em 2008, 271 políticos eram sócios dos grandes grupos midiáticos do país – que concentravam 61,3% dos veículos de comunicação – entre estes 20 senadores e 47 deputados federais. 58 pertenciam ao DEM, 48 ao PMDB, 43 ao PSDB, 23 ao PP, 16 ao PTB e 14 ao PPS, representando 74,8% das concessões a políticos. (...) A ausência de regulamentação do artigo e a promiscuidade de interesses entre os oligopólios midiáticos e certos partidos políticos mantém esta situação de violação constitucional cuja estrutura foi plantada na ditadura. (MARTINS, 2014, online)

2.1 O editorial e o desafio da credibilidade

Em sua obra *Discurso das Mídias*, Patrick Charraudeau (2006) aborda o desafio da credibilidade no âmbito do discurso informativo. Segundo o autor, ao reportar e explicar os acontecimentos, os meios de comunicação enfrentam o “problema de relação com a verdade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 87). Para produzir um sentido de verdade, o jornalismo precisa ter exatidão na exposição dos fatos da forma como aconteceram, expressando suas intenções ocultas e apresentando provas que os expliquem. Ou seja, a verdade neste caso diz respeito à forma como os fatos são apresentados, à veracidade da reconstituição dos acontecimentos.

Enquanto espaço de afirmação das ideologias e posicionamentos adotados pelos jornais, os editoriais buscam estabelecer um diálogo com os leitores. Para que se estabeleça tal relação é preciso que tais textos produzam sentidos de verdade e de neutralidade no comentário que fazem sobre os acontecimentos. Neste sentido, Charraudeau afirma que os editorialistas precisam

adotar uma posição distanciada, pois, submetidos à restrição de credibilidade do contrato de comunicação, devem saber preservar sua razão diante das opiniões tendenciosas que se expressam por ocasião de tal ou qual acontecimento, e devem até manifestar certo ceticismo diante de tal ou qual explicação fácil demais ou partidária demais. (CHAURADEAU, 2006, p. 183)

O próprio autor admite que tal distanciamento é um desafio haja vista o caráter persuasivo de seu gênero, marcado pelo comentário de ordem política e social. Segundo ele, a credibilidade, nestes casos, se conquista quando há equilíbrio entre o engajamento moral e o discurso de distanciamento.



3. Editorial de O Globo - Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro

Intitulado “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, o editorial de O Globo foi publicado em 31 de agosto de 2013, no rescaldo das manifestações. A retratação também ganhou destaque no Jornal Nacional, com uma nota coberta que teve duração de dois minutos e quarenta segundos.

O texto publicado pelo jornal consiste numa breve contextualização da necessidade de fazer tal reconhecimento, diante do momento político vivenciado pelo país em junho de 2013, que é seguida pela transcrição da autocrítica disponibilizada pelo veículo no site *Memória*, do Jornal O Globo.

Em seu início, o editorial se apropria das palavras de ordem gritadas nos protestos para fazer o *mea culpa* das Organizações Globo. “Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas: “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. De fato, trata-se de *uma verdade*, e, também *de fato*, de *uma verdade dura*.” (*O Globo, 31 de agosto de 2013*)

A referência às palavras de ordem, já no começo do editorial, é uma estratégia discursiva que denota o interesse do grupo em demonstrar uma postura de diálogo e de transparência. Esta mesma ideia aparece adiante quando o texto afirma ser dever das instituições de *responder ao clamor das ruas*.

Pode-se afirmar, neste primeiro momento, que o texto é uma expressão do discurso retórico da verdade, que é reforçado pelo recurso da repetição das expressões *de fato* e *uma verdade dura*. No entanto, é curioso notar que enquanto o grito popular diz *a verdade*, o editorial afirma se tratar de *uma verdade*, dando margem à interpretação de que, para o jornal, tal verdade não é única e absoluta.

Segue-se, no editorial, o relato do processo de autocrítica das Organizações Globo e da estruturação do projeto *Memória O Globo*, cujo objetivo seria resgatar e preservar a história do jornal. O texto informa que, internamente, o grupo já reconhecia que “*à luz da História*, esse apoio foi um erro.” (*O Globo, 31 de agosto de 2013*). Esta ideia é retomada ao longo do editorial que, por um lado, usa a História como referência para reconhecimento do erro e, por outro, tenta justificar o mesmo erro usando o argumento do contexto histórico.

Após esta exposição, segue-se a transcrição do texto de retratação publicado no menu *Erros e Acusações Falsas*, site *Memória*. É em tom defensivo que o texto inicia sua análise.

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. (O Globo, 31 de agosto de 2013)

Vemos aqui, novamente, a alusão à *História*. Desta vez, ela é o lugar onde os opositores encontram *lembranças incômodas* ao veículo. O desconforto do veículo ao abordar Ela é o calcanhar de Aquiles do jornal. Nos parágrafos seguintes, o editorial tece uma contextualização histórica do cenário sociopolítico do país no período anterior ao golpe para justificar o apoio do veículo aos militares.

Primeiramente, o editorialista tenta justificar que O Globo errou, mas não o fez sozinho. Vários outros jornais são citados nominalmente e as manifestações populares pró-ditadura são incluídas para demonstrar que, naquele momento, o jornal expressava o pensamento da opinião pública, como se fosse apenas um observador neutro da realidade. Outro cenário, no entanto, era exposto em pesquisa de opinião realizada na época:

Pesquisas do Ibope realizadas entre os dias 20 de março e 30 de março de 1964 mostraram o forte apoio popular a Jango. 49,8% da população pretendia votar em Jango nas próximas eleições presidenciais, contra 41,2%. 15% consideravam o seu governo ótimo, 30% bom e apenas 16% o consideravam mal ou péssimo. O dado é ainda mais relevante porque a pesquisa foi realizada principalmente no estado de São Paulo, onde Jango havia perdido a eleição de 1960 para Milton Campos, a pedido da Federação do Comércio de São Paulo. (MARTINS, 2014, online)

Em seguida, o clima de tensão e a iminência de um suposto golpe comunista são usados como estratégia discursiva para justificar o apoio ao golpe, de maneira semelhante ao discurso usado na época.

Após esta argumentação, o texto trata do editorial escrito pelo fundador das Organizações Globo, Roberto Marinho, em 1984, onde este reiterava seu apoio ao regime que já estava em seus últimos momentos. Para justificar, este posicionamento, mesmo quando após todos os crimes cometidos naqueles 20 anos, o editorial reconstrói a imagem do fundador, falecido em 2003, como homem pautado pela legalidade, firme, humano e de postura desafiadora perante a ditadura.

Em seus três últimos parágrafos, o editorial tece um longo comentário acerca da importância da História na análise dos acontecimentos.



Contextos históricos são necessários na análise do posicionamento de *pessoas e instituições*, mais ainda em rupturas institucionais. A *História* não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros. Ela é o mais *poderoso instrumento* de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: *aprende-se* com os erros cometidos e se *enriquece* ao reconhecê-los.

Os homens e as instituições que viveram 1964 *são, há muito, História*, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país.

À *luz da História*, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma. (O Globo, 31 de agosto de 2013)

Por um lado, o texto pondera sobre a importância do contexto histórico para a compreensão dos atos individuais e institucionais, em alusão ao jornalista Roberto Marinho e ao Globo, além de fazer o elogio da História enquanto espaço de aprendizado, reverenciando a retratação realizada pelo próprio texto.

No entanto, ao destacar que aqueles homens e instituições *são, há muito, História*, o texto muda o significado de sua retratação. Neste sentido, Roberto Marinho e O Globo são posicionados como personagens históricos que vivem no passado e, portanto, sua relação com o presente é distante. Por este raciocínio, pode-se inferir que não faria sentido questionar ao Globo de hoje seus posicionamentos históricos.

4. Editorial da Folha de São Paulo – 1964

A violência da ditadura militar é o alvo da crítica feita pela Folha de São Paulo em seu editorial. O texto, ao contrário do publicado por O Globo, não tem como foco o erro da Folha em seu apoio ao regime. Trata-se de uma análise das causas e consequências da ditadura, feita às vésperas da passagem dos 50 anos do golpe, e que, ao final, apresenta uma breve autocrítica.

Caracterizado como uma *era de feroz confronto*, o período tem sua história reconstituída a partir da identificação dos erros das forças em conflito antes do golpe: a direita e a esquerda. O veículo responsabiliza os militares e a direita pelo *pior crime* (a institucionalização da tortura como prática de Estado), mas não poupa os opositores de esquerda. Ao apresentar os dois lados em conflito no acontecimento histórico, o



editorial faz referência indireta ao princípio da imparcialidade apregoado pelo Jornalismo tradicional como elemento fundamental à conquista da credibilidade.

Feita a crítica à violência do regime, o editorial se dedica a apresentar os feitos da ditadura militar nas áreas econômica e de infraestrutura. O discurso da informação aparece, neste momento, por meio da citação de indicadores e estatísticas, que funcionam como fatos cuja função é fundamentar a defesa do que o jornal vê como legado do regime militar. Não entraremos aqui no debate a respeito de tais méritos e da veracidade das informações, mas julgamos importante observar o interesse do veículo em rebater as críticas ao regime.

Nas palavras do editorial, tais “realizações de cunho econômico e estrutural *desmentem* a noção de um período de estagnação ou retrocesso” (Folha de São Paulo, xxxx). Se a Folha julga como mentira a ideia de que o país estagnou e retrocedeu, fica a implícita de que a noção correta seria a de que a ditadura fez o país avançar e crescer, como dizia a propaganda militar. Esta estratégia discursiva retoma o a ideia do milagre econômico e, embora sejam citados os efeitos colaterais desta política (acirramento das desigualdades sociais, falta de políticas nas áreas de saúde e educação), o que aparece em destaque é o discurso dos militares, citado indiretamente por meio dos dados. O tom de defesa do regime fica também exposto quando o editorial afirma que a política econômica dos militares não representou *ruptura*, mas *continuidade* do modelo anterior.

É reveladora a síntese que o editorial faz da história do regime, que é dividida em três fases assim nomeadas: o surto repressivo, o interregno *moderado* e a demorada abertura democrática. O uso do termo *surto* no tocante à repressão dá a entender que a violência do regime, citada no início do texto, embora tenha ocorrido, teve rápida duração. As fases seguintes, mais longas, teriam sido mais tranquilas, até que o regime “Dissolveu-se numa *transição negociada* da qual a *anistia recíproca* foi o alicerce” (Folha de São Paulo, 2014, online). As palavras *negociada e recíproca* fazem alusão a um acordo que se dá de forma pacífica, sem conflitos, gerando uma compreensão de que o regime teria, apesar da demora, cumprido a promessa de devolver a paz e a democracia ao país.

Apenas nos três últimos parágrafos, o editorial se dedica à decisão da Folha de apoiar o golpe. A introdução deste tema é marcada pela indefinição de tempo e do sujeito da frase: “Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura *durante a primeira metade de sua vigência*, tornando-se *um dos veículos mais críticos na metade seguinte*.” (Folha de São Paulo,). A indeterminação no início da oração pode ser



entendida como uma tentativa de apagamento ou minimização da citada cobrança, ao passo que o tempo do apoio e da crítica estão bem definidos.

À semelhança da estratégia usada em *O Globo*, o editorial reconhece o erro *aos olhos de hoje*. Tal recorte de tempo tenta justificar o erro, já que não se pode prever o futuro e, ao mesmo tempo, indicar que nada mais se pode fazer a respeito. Ou seja, a retratação convida à passividade diante da História.

Ao descrever qual teria sido a postura correta a ser adotada naquele momento, o editorial volta a destacar que o grande erro do regime foi apostar na violência para defender sua ideologia e que o erro da Folha teria sido não ver os dois lados de tal violência. Assim, o veículo assume que agiu de forma parcial.

Por fim, o texto defende os responsáveis pela decisão de apoiar o golpe, atacando o repúdio atual a esta ação, usando o argumento do contexto histórico e da falta de alternativa melhor para resolver os conflitos da época. Com o discurso retórico da História como lugar de aprendizado se encerra o texto.

5. Considerações finais

A análise dos textos mostra que o reconhecimento dos erros feito pelos jornais busca a justificção por meio do mesmo discurso utilizado no período em que resolveram apoiar os militares. Não há sinal de arrependimento quando os veículos retomam os antigos argumentos do regime de que havia sinais de um iminente golpe de esquerda.

Partindo desta premissa, pode-se afirmar que a preservação da democracia não era necessariamente o objetivo do apoio dos jornais aos militares. Quando os jornais apontam, quase com as mesmas palavras, que o golpe de direita era a única saída para evitar um golpe de esquerda, eles demonstram a sua orientação ideológica. Assim, pode-se inferir que sua intenção era contribuir para a recondução da direita ao poder, nem que isso pusesse em risco a democracia.

As diversas tentativas de minimização do erro mostram que a preocupação maior ao se publicar tais editoriais não é de se desculpar pelo apoio dado, mas de tentar manter a imagem de credibilidade dos veículos. Por estas mesmas razões, não são discutidos os benefícios que levaram *O Globo* a continuar apoiando o regime, mesmo após a revelação de violência de seus atos.



Observa-se, ainda, que o uso ambíguo da perspectiva histórica pelos veículos é revelador quanto aos interesses que movem sua autocrítica. Por um lado, argumenta-se que se deve olhar os acontecimentos dentro de seu contexto, numa tentativa de justificar os erros. Neste sentido, vale questionar: que História é esta contada pelos jornais? Se esta é a história construída por suas próprias páginas no período em que eles admitem ter errado, que credibilidade ela tem?

Por outro lado, vimos que a História é utilizada como argumento para estimular a passividade, uma vez que não é possível mudá-la e, portanto, de nada adianta julgar ou questionar homens e instituições do passado. Assim, em ambos os casos, pode-se afirmar que o reconhecimento dos erros é um exercício que visa o prevalecimento da versão da história forjada pelos veículos, ao mesmo tempo em que se busca um distanciamento do passado para a reconstrução da credibilidade dos jornais.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Editorial: 1964**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>. Acesso em: 31 de março de 2014.

IBOPE. **Cai a confiança dos brasileiros nas instituições**. Disponível em <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes.aspx>. Acesso em 31 de março de 2014.

KARAM, Francisco J.C. **Jornalismo e ética no século XXI**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/viewFile/2185/2111>. Acesso em 31 de março de 2014.

MARTINS, Carlos E. **O golpe militar de 1964 e o Brasil: passado e presente**. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/04/01/o-golpe-militar-de-1964-e-o-brasil-passado-e-presente/>. Acesso em: 1 de abril de 2014.

MELO, José M. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

O GLOBO. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 25 de março de 2014.

SECOM – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2014 – Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf> Acesso em: 31 de março de 2014.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.



Anexo 1 – Editorial de O Globo

Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro

RIO - Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas: “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. De fato, trata-se de uma verdade, e, também de fato, de uma verdade dura.

Já há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro.

Há alguns meses, quando o Memória estava sendo estruturado, decidiu-se que ele seria uma excelente oportunidade para tornar pública essa avaliação interna. E um texto com o reconhecimento desse erro foi escrito para ser publicado quando o site ficasse pronto.

Não lamentamos que essa publicação não tenha vindo antes da onda de manifestações, como teria sido possível. Porque as ruas nos deram ainda mais certeza de que a avaliação que se fazia internamente era correta e que o reconhecimento do erro, necessário.

Governos e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas.

De nossa parte, é o que fazemos agora, reafirmando nosso incondicional e perene apego aos valores democráticos, ao reproduzir nesta página a íntegra do texto sobre o tema que está no Memória, a partir de hoje no ar:

1964

“Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas.

Na noite de 31 de março de 1964, por sinal, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo Almirante Cândido Aragão, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular em 1º de abril. Saiu no dia seguinte, 2, quinta-feira, com o editorial impedido de ser impresso pelo almirante, “A decisão da Pátria”. Na primeira página, um novo editorial: “Ressurge a Democracia”.

A divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, entre Leste e Oeste, comunistas e capitalistas, se reproduzia, em maior ou menor medida, em cada país. No Brasil, ela era aguçada e aprofundada pela radicalização de João Goulart, iniciada tão logo conseguiu, em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, revogar o parlamentarismo, a saída negociada para que ele, vice, pudesse assumir na renúncia do presidente Jânio Quadros. Obteve, então, os poderes plenos do presidencialismo. Transferir parcela substancial do poder do Executivo ao Congresso havia sido condição exigida pelos militares para a posse de Jango, um dos herdeiros do trabalhismo varguista. Naquele tempo, votava-se



no vice-presidente separadamente. Daí o resultado de uma combinação ideológica contraditória e fonte permanente de tensões: o presidente da UDN e o vice do PTB. A renúncia de Jânio acendeu o rastilho da crise institucional.

A situação política da época se radicalizou, principalmente quando Jango e os militares mais próximos a ele ameaçavam atropelar Congresso e Justiça para fazer reformas de “base” “na lei ou na marra”. Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o movimento dos sargentos, liderado por marinheiros — Cabo Ancelmo à frente —, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu.

Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia. Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido, foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966.

O desenrolar da “revolução” é conhecido. Não houve as eleições. Os militares ficaram no poder 21 anos, até saírem em 1985, com a posse de José Sarney, vice do presidente Tancredo Neves, eleito ainda pelo voto indireto, falecido antes de receber a faixa.

No ano em que o movimento dos militares completou duas décadas, em 1984, Roberto Marinho publicou editorial assinado na primeira página. Trata-se de um documento revelador. Nele, ressaltava a atitude de Geisel, em 13 de outubro de 1978, que extinguiu todos os atos institucionais, o principal deles o AI5, restabeleceu o habeas corpus e a independência da magistratura e revogou o Decreto-Lei 477, base das intervenções do regime no meio universitário.

Destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara a sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia e, depois, para conter a irrupção da guerrilha urbana. E, ainda, revelava que a relação de apoio editorial ao regime, embora duradoura, não fora todo o tempo tranquila. Nas palavras dele: “Temos permanecido fiéis aos seus objetivos [da revolução], embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, ‘por exigência inelutável do povo brasileiro’. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’, com o qual não estaríamos solidários.”

Não eram palavras vazias. Em todas as encruzilhadas institucionais por que passou o país no período em que esteve à frente do jornal, Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade. Cobrou de Getúlio uma constituinte que institucionalizasse a Revolução de 30, foi contra o Estado Novo, apoiou com vigor a Constituição de 1946 e defendeu a posse de Juscelino Kubistchek em 1955, quando esta fora questionada por setores civis e militares.

Durante a ditadura de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO. São muitos e conhecidos os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhar funcionários de O GLOBO chamados a depor: acompanhava-os pessoalmente para evitar que desaparecessem. Instado algumas vezes a dar a lista dos “comunistas” que trabalhavam no jornal, sempre se negou, de maneira desafiadora.

Ficou famosa a sua frase ao general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do presidente Castello Branco: “Cuide de seus comunistas, que eu cuidei dos meus”. Nos vinte anos durante os quais a ditadura perdurou, O GLOBO, nos períodos agudos de crise, mesmo



sem retirar o apoio aos militares, sempre cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática.

Contextos históricos são necessários na análise do posicionamento de pessoas e instituições, mais ainda em rupturas institucionais. A História não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros. Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los.

Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país.

À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.”

Anexo 2 – Editorial da Folha de São Paulo

Editorial: 1964

O regime militar (1964-1985) tem sido alvo de merecido e generalizado repúdio. A consolidação da democracia, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a ditadura representou.

Violência contra a população, privada do direito elementar ao autogoverno. E violência contra os opositores, perseguidos por mero delito de opinião, quando não presos ilegalmente e torturados, sobretudo no período de combate à guerrilha, entre 1969 e 1974.

Aquela foi uma era de feroz confronto entre dois modelos de sociedade –o socialismo revolucionário e a economia de mercado. Polarizadas, as forças engajadas em cada lado sabotavam as fórmulas intermediárias e a própria confiança na solução pacífica das divergências, essencial à democracia representativa.

A direita e parte dos liberais violaram a ordem constitucional em 1964 e impuseram um governo ilegítimo. Alegavam fazer uma contrarrevolução, destinada a impedir seus adversários de implantar ditadura ainda pior, mas com isso detiveram todo um impulso de mudança e participação social.

Parte da esquerda forçou os limites da legalidade na urgência de realizar, no começo dos anos 60, reformas que tinham muito de demagógico. Logo após 1964, quando a ditadura ainda se continha em certas balizas, grupos militarizados desencadearam uma luta armada dedicada a instalar, precisamente como eram acusados pelos adversários, uma ditadura comunista no país.

As responsabilidades pela espiral de violência se distribuem, assim, pelos dois extremos, mas não igualmente: a maior parcela de culpa cabe ao lado que impôs a lei do mais forte, e o pior crime foi cometido por aqueles que fizeram da tortura uma política clandestina de Estado.

Isso não significa que todas as críticas à ditadura tenham fundamento. Realizações de cunho econômico e estrutural desmentem a noção de um período de estagnação ou retrocesso.



Em 20 anos, a economia cresceu três vezes e meia. O produto nacional per capita mais que dobrou. A infraestrutura de transportes e comunicações se ampliou e se modernizou. A inflação, na maior parte do tempo, manteve-se baixa.

Todas as camadas sociais progrediram, embora de forma desigual, o que acentuou a iniquidade. Mesmo assim, um dado social revelador como a taxa de mortalidade infantil a cada mil nascimentos, que era 116 em 1965, caiu a 63 em 1985 (e melhorou cada vez mais até chegar a 15,3 em 2011).

No atendimento às demandas de saúde e educação, contudo, a ditadura ficou aquém de seu desempenho econômico.

Sob um aspecto importante, 1964 não marca uma ruptura, mas o prosseguimento de um rumo anterior. Os governos militares consolidaram a política de substituição de importações, via proteção tarifária, que vinha sendo a principal alavanca da industrialização induzida pelo Estado e que permitiu, nos anos 70, instalar a indústria pesada no país.

A economia se diversificou e a sociedade não apenas se urbanizou (metade dos brasileiros vivia em cidades em 1964; duas décadas depois, eram mais de 70%) mas também se tornou mais dinâmica e complexa. Metrôpoles cresceram de modo desordenado, ensejando problemas agudos de circulação e segurança.

O regime passou por fases diferentes, desde o surto repressivo do primeiro ano e o interregno moderado que precedeu a ditadura desabrida, brutal, da passagem da década, até uma demorada abertura política, iniciada dez anos antes de sua extinção formal, em 1985.

As crises do petróleo e da dívida externa desencadearam desarranjos na economia, logo traduzidos em perda de apoio, inclusive eleitoral. O regime se tornara estreito para uma sociedade que não cabia mais em seus limites. Dissolveu-se numa transição negociada da qual a anistia recíproca foi o alicerce.

Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro.

Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias.

Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias. Que continue sendo assim.